

COLONIALISMO ECOLÓGICO:
o exemplo do alto rio Negro

Berta G. Ribeiro

S u m á r i o

1. Introdução histórica e etnográfica
2. População e território 3
3. Ecologia e subsistência 5
 - a) A horticultura itinerante 6
 - b) A tecnologia pesqueira 7
4. A economia do contato 9
5. A nova dependência 10
- Bibliografia citada 18

1. Introdução histórica e etnográfica

Nos altos afluentes do rio Negro - Içana, Uaupés e seus tributários, Papuri e Tiquié - pode-se distinguir, historicamente, três estratos culturais indígenas que foram ocupando, sucessivamente, a área e se miscigenando biológica e culturalmente. O primeiro estrato teria sido formado por uma cultura rudimentar que desconhecia a lavoura e a navegação. É representada hoje pelos grupos Maku, que habitam os interflúvios, em plena floresta. O segundo estrato seria representado por uma das culturas mais desenvolvidas da floresta tropical, que tinha uma vida sedentária, ocupando a margem dos rios e igarapés navegáveis. Teria vindo do norte, em sucessivas ondas migratórias. A mais importante delas seria constituída por grupos indígenas pertencentes ao tronco lingüístico aruak. Entre outros, os Pasé, Manaó, Baré - hoje extintos como grupos tribais - os Warekena (tupinizados), Tariãna e os Baniwa. A esse estrato incorporou-se uma segunda onda migratória, vinda do oeste, tukâno falantes, que ocupou o Uaupés, desalojando os aruak e "tukanizando-os" lingüística e culturalmente, hoje predominante. (Nimuendaju 1950).

A migração aruak se comprova pelo fato de persistirem grupos desse tronco lingüístico no Orinoco e seus tributários, onde os Baniwa, do rio Içana, vão constantemente visitar parentes. Evidencia-o, também, o fato dos topônimos mais importantes serem originários dessa língua. Por exemplo, Cassiquiari, Orinoco, Caiari (antiga designação do Uaupés), Alari, Papuri, Inírida, Cuduiari, Tiquié, entre outros.

A origem ocidental dos Tukâno se evidencia pela existência de grupos da mesma família lingüística, chamados Tukâno Ocidentais, nos rios Napo e Putumayo, na Colômbia e Equador. Acredita-se que alguns elementos culturais dos Tukâno aproximam-nos das culturas andinas. Entre outros, a divisão em clãs hierarquizados, o culto dos ancestrais, o uso cerimonial da coca (*Erythroxylum* sp.) e do caapi (*Banisteriopsis* sp.). (Goldman 1963).

Ao iniciar-se a colonização portuguesa na Amazônia, no século XVII, os populosos grupos indígenas do baixo rio Negro são arrebanhados pelas famigeradas expedições de "resgate" e "descimento". Dessa forma, índios de diversas origens foram destribalizados e aculturados lingüisticamente ao nheengatu - o tupi do Amazonas ou língua geral - introduzido pelas Missões católicas, superado, depois, pelo português. Ainda hoje, no baixo Içana e em São Gabriel, fala-se a "língua geral" no âmbito familiar.

Engajados compulsoriamente nos trabalhos agrícolas e do

mestícos, na coleta das drogas da mata, nas fainas da navegação e de obras públicas, deveu-se a eles - os chamados "índios domesticados" - a construção de cidades como Barcelos - antiga aldeia Mariuã dos Índios Manaõ - de Manaus e de Belém. Compulsando dados históricos, Robin Wright (1983) calcula que, num período de 15 anos (1740 a 1755) teriam sido levados 20 mil escravos Índios, depopulando a região do alto rio Negro.

A primeira missão religiosa instalada no rio Uaupés data de 1852. Foi fundada pelo padre carmelita Gregório. Em 1914, a catequese dos Índios do Içana e do Uaupés foi entregue pelo Vaticano à Congregação Salesiana de São João Bosco. A sede, junto à cachoeira de Iauaretê, no médio Uaupés, começou a ser erguida em 1928. Mais tarde foram construídas as de Taracuá, no baixo Uaupés, Carara Poço, no rio Içana, Pari-Cachoeira, no rio Tiquié.

A ação missionária instrumentou os Índios a enfrentar a sociedade nacional através da escolarização que chega, em alguns casos, até o segundo grau, ministrado na escola da Missão Salesiana de São Gabriel. Considera-se, por isso, que o nível de escolaridade dos Índios do Uaupés é o mais alto do interior do Amazonas. A Missão exerce uma tutela que tem freado a exploração dos Índios em trabalhos subalternos no Brasil e na Colômbia, bem como a extorsão por parte de negociantes inescrupulosos. E oferece-lhes assistência médica nos hospitais mantidos nas sedes dos três rios. Pese esse aspecto positivo da ação missionária, a intolerância religiosa que prevaleceu no início da catequese foi altamente deletéria. Deixou pouco espaço à manutenção de suas tradições ancestrais. A própria destruição da maloca - unidade econômica e centro cerimonial de um clã - contribuiu não só para afrouxar os laços de convívio entre seus membros, como para impossibilitar a realização dos ritos.

Característica assinalável no plano da organização sócio-política é o sistema de hierarquização, fundamentado nos enredos míticos. Segundo esse sistema, existe uma prevalência hierárquica de tribos e de clãs dentro de uma mesma tribo. A hierarquização começa dentro do grupo doméstico, em que se distingue sempre o irmão mais velho dos mais novos, cabendo a ele a sucessão na chefia do grupo local. Essa hierarquização se estende até a localização espacial no território tribal, segundo a qual, cabe aos grupos de mais alta hierarquia os locais mais piscosos (junto às cachoeiras e igapós) e as terras mais férteis. E é mais acentuada em relação aos Índios Makú, sobre os quais, os Índios do rio, os grupos Tukano, mantinham, até há pouco, relações de suzerania e simbiose. Os Makú forneciam produtos da mata - caça, frutos, matéria-prima para adornos - bem co

mo sarabatana, curare e o cesto-cargueiro de cipó utilizado no transporte terrestre.

O sistema de especialização artesanal e de trocas intertribais também vigora entre as tribos do rio. Ele funciona como um mecanismo de homogeneização cultural, reciprocidade e dependência mútua. O ralador, indispensável ao processamento da mandioca, é feito exclusivamente pelos grupos Baniwa, em cujo território - serra do Tunuí no rio Içana - se localiza a jazida de que se extraem as pedrinhas com que é endentado. O banco é o artefato-símbolo e monopólio exclusivo dos Tukano. As máscaras de líber são feitas unicamente pelos Kobéwa e Wanána. Determinados tipos de cestos também são, em certa medida, especialidade de certas tribos. Quem fez primeiro - e faz melhor até hoje - as canoas são os Tuyúka e Barasâna. Alguns desses objetos estão ligados a um simbolismo hierárquico; outros são artefatos utilitários indispensáveis às tarefas da subsistência.

População e território

Os Desâna, um dos 13 ou mais grupos indígenas pertencentes à família lingüística tukano, migraram do rio Papuri ao Tiquié, afluentes do Uaupés, há quatro gerações. Como os demais, dividem-se em clãs exogâmicos nomeados, patrilineares e patrilocais, que casam com mulheres que falam outra língua da mesma família. Os clãs de mais alta hierarquia permaneceram no rio Papuri. Dados da Funai, de 1987, divulgados por CEDI/Museu Nacional (1987), indicam uma população total de 3.045 indivíduos na área de jurisdição da Missão Salesiana Pari-Cachoeira, do alto e médio Tiquié, onde vivem os Desâna com os quais trabalham, cujo montante deve corresponder a um quinto desse número. Somados aos do rio Papuri perfazem 960 (dados de 1982). A população total do alto rio Negro, segundo a publicação acima referida, é de 12.664 índios. Aumentou relativamente pouco se levarmos em conta o levantamento que fiz com base nos dados da Missão, em 1978 (B.G.Ribeiro in Kumu & Kenhíri 1980:19):

2.633	Índios	vivendo	em	56	povoados	-	rio	Uaupés
1.359	"	"	"	28	"	-	rio	Papuri
2.106	"	"	"	44	"	-	rio	Tiquié
<hr/>								
6.098	"	(para	o	rio	Uaupés	e	seus	dois
								afluentes).

A população Baniwa do rio Içana e tributários é avaliada em 3.722 habitantes distribuídos por 103 comunidades (Robin Wright 1986) e a da Missão de Taracua em 960, em 1974 (Silverwood-Cope 1975: 12).

As aldeias, antigamente malocas, distribuem-se ao lon

go dos rios principais e seus afluentes a distâncias estratégicas para impedir o esgotamento dos recursos. Mantém constante contato entre si, seja para arranjos matrimoniais, intercâmbio de bens - inclusive alimentos durante os dabacuris (festivais de troca, em língua geral), seja para outro tipo de interação. A aldeia mais numerosa é a que fica junto à Missão Pari-Cachoeira (244 índios) e a que dista uma hora de lancha a motor dessa sede (Boa Vista:156 pessoas). Em janeiro de 1986, quando deixei a área, estava sendo construída uma pequena hidrelétrica junto à sede da Missão, com aproveitamento da queda d'água ali existente. Planejava-se a instalação de uma serraria, movida a energia elétrica, e a iluminação das casas da Missão e dos índios. Parte do financiamento das obras vinha da Alemanha.

Essa concentração da população, e a estabilidade insólita das aldeias, se explica pelo poder catalizador da Missão. Não só ela oferece possibilidade de escolarização - da primeira à oitava série para os moradores mais próximos e da quarta à oitava para os mais distantes - como proporciona recreação, atendimento médico-hospitalar e outros. Contudo, a sedentarização das aldeias acarreta a interrupção do ciclo itinerante dos cultivos e, em consequência, impede a regeneração natural da floresta. As capoeiras voltam a ser exploradas antes de completar-se a referida regeneração, diminuindo o rendimento da produção agrícola. A quebra da mobilidade espacial das aldeias acarreta, também, a escassez de peixe e caça, por excesso de captura. Tudo somado, aumenta a dependência dos índios em alimentos importados - enlatados, peixe e carne moqueados - para suprir as necessidades orgânicas de proteína. Acresça-se a isso os produtos de consumo conspícuo, como café, açúcar, arroz, macarrão, guloseimas.

Dados geográficos coligidos por Buchillet(1987ms.) informam que a

"região do Uaupés cobre uma superfície de 66.000 km² e uma área de terra firme pouco elevada - 80 a 100 metros - coberta de floresta tropical densa com algumas zonas sujeitas a inundações esporádicas (os igapós), com afloramentos graníticos e picos montanhosos (como o Pico da Neblina, o ponto mais elevado do Brasil: 3.014 m. de altura). Esta região é coberta por rios encachoeirados de águas pretas. (...) Rio Negro e Uaupés drenam zonas geologicamente antigas (da era pre-cambriana) erodadas ao longo dos séculos: o escudo guianense, ao norte, o escudo do brasileiro, ao sul, separados pelo curso do Amazonas, daí sua composição química particular: pobres em sais dissolvidos, limo e matérias orgânicas, eles são muito ácidos". (Buchillet 1987ms.:8).

Estudando um grupo de língua aruak, os Wakuénai, que habita o baixo rio Guainia (alto rio Negro) da Amazônia venezuelana, e que, portanto, participa do sistema de adaptação ecológica à região, os antropólogo-ecólogos Hill e Moran, assim a caracterizam:

"The Rio Negro rain forest is nutrient-poor and is drained by black-water rivers. The area receives about 3600 mm of rainfall annually with none of the months receiving less than 100 mm (...). Although these areas have never been of major economic significance to native populations or national systems, they have become a refuge for many Amerindians fleeing from the economic expansion into Amazonia by all seven countries with such territories". (1983:116).

Os referidos autores classificam a região como ^{um} ecossistema extremamente frágil do tipo oligotrófico:

"Research on nutrient cycling in this region has identified very efficient nutrient capturing and cycling mechanisms. (...) Forests in these oligotrophic environments act like gigantic filters, a role played predominantly by a thick, aboveground surface root mat. This root mat is capable of absorbing nutrients in the water and the litterfall before such materials ever reach the mineral soil. The root mat varies in thickness from 5 to 40cm." (1983:117-8).

Concluem que:

"These adaptations of plants in oligotrophic ecosystems permit them to approximate the biomass of more nutrient-rich areas, but the whole system is based upon a nearly closed nutrient cycle. Indeed, the forest feeds on itself in what must be one of the most remarkable nutrient cycles in the biosphere. Clearing of forests in these areas breaks the cycle exposing a forest with very low inherent productivity to leaching and rapid degradation" (Hill & Moran 1983:118).

Ecologia e subsistência

Como vimos, toda a região banhada pelo alto rio Negro é de terras muito pobres. A acidez do solo, tipo podzol, é de 4 pH. Para que passasse a 6 pH seria preciso proceder a uma operação de calagem, isto é, agregar-lhe 500 kg. de calcáreo em cada hectare e uma adubação de NPK (nitrogênio, fósforo, potássio) como reforço (inf. pes. Dr. Jesus Barcia, botânico do Museu Nacional).

Os Desana classificam o solo segundo sua composição - se é ou não inundável num período do ano - e o tipo de vegetação que o reveste. Para isso desenvolveram uma taxonomia própria, sabendo perfeitamente onde encontram as plantas de que necessitam para seus artefatos ou para outros usos, e as terras que se prestam melhor para as atividades agrícolas.

Os Desâna, da aldeia de São João, localizada às margens do rio Tiquiê, afluente do Uaupês, onde colhi esse dados, distinguem o solo de sua região em quatro tipos: terra firme, caatinga, igapô e manguezal. Somente a terra firme pode^{ser} utilizada para a agricultura. Subdividem-na em quatro tipos: 1) terra firme arenosa (comum e preta); 2) terra firme argilosa (comum e preta); 3) terra firme amarela, piçarrenta, melhor para a horticultura, porém mais rara; 4) terra firme argilosa, úmida e frouxa, também de qualidade superior para as fainas agrícolas, mas que só existe em pequenas extensões no rio Tiquiê. Conhece-se o tipo de solo, cavando-o.

As terras não aproveitadas para a agricultura são classificadas segundo o porte das árvores e o ambiente: aquático, periodicamente inundável, ou seco.

Deste último tipo é a caatinga, cujas árvores não alcançam o porte das de terra firme. São reservas de fruteiras e matérias-primas artesanais. As mais importantes são: a palmeira bacaba grande (Oenocarups bacaba Mart.), a sorva (Couma macrocarpa Barb. Rodr.), a sorvinha, os cipós utilizados para o entrançamento das armadilhas de pesca, uma árvore conhecida como uabê (em língua geral), outra não identificada, de que se fazem ripas para a construção de pau-a-pique. Nas caatingas encontra-se também grande variedade de plantas medicinais que diferem das de terra firme. Os Desâna discernem manchas menores, dentro da caatinga, que designam "pequeno terreno de caatinga". São reconhecidas pela presença de grandes beiras de frutos comestíveis e de caniços para pescar.

Outra divisão fitogeográfica discernida pelos Desâna é o igapô. Essa formação ocorre à beira rio, ficando alagada durante as enchentes. A terra é argilosa com pequena mistura de areia e também pouco serve para a horticultura. Aqui se encontra, no entanto, a maior parte da flora de cujos frutos os peixes se alimentam e também matéria-prima artesanal. Tolamã Kenhíri (ou Luiz Lana), meu principal colaborador Desâna, ditou de memória as seguintes espécies, dentre as artesanais: árvore que fornece breu, palmeira paxiúba (Socratea exorrhiza H.Wendl.), cipó da palmeira jactara (Desmoncus polyacanthos Mart.) e outros três tipos de cipós cujos nomes só conhece em sua língua, bem como a sumaúma (Ceiba pentandra Gaertn.), que fornece a lâ para as setas de sarabatana.

Segundo Janet Chernela, das 41 espécies de fruteiras que crescem à margem dos rios, de cujos frutos os peixes se alimentam, 27 crescem apenas nos igapós e 14 na terra firme, das quais 10 também nos igapós. Neles se encontram grandes concentrações de açai (Euterpe sp.) nativo do Amazonas, ingá (Inga sp.), ambos com

frutos comestíveis, além de espécies de fruteiras que os peixes comem, entre as quais se destaca a palmeira jauari (Astrocaryum jauari) e o murici (Byrsonima sp.).

No manguezal, região permanentemente úmida, meio pantanosa, solo preto argiloso, que tampouco serve para a agricultura, os Desâna encontram plantas úteis para seus artefatos ou frutos comestíveis. Entre outras citam-se duas espécies de arumã (Ischnosiphon sp.), principal matéria-prima para artefatos cesteiros, várias espécies de cipós com que se entretecem as varetas das armadilhas de pesca, acabamento dos cestos e outros fins; as palmeiras patauã (Jessenia bataua Mart.), paxiúba, bacaba grande, açai e miriti (Mauritia flexuosa L.), estas últimas em grandes concentrações, bem como a árvore que fornece o breu (Protium sp.). Cabe dizer que a maioria dessas espécies também é encontrada em solos de terra firme (arenosa e argilosa), mais conhecidos, uma vez que são mais frequentes dos pelos Desâna.

a) A horticultura itinerante

Os índios Desâna, como os demais do alto rio Negro, praticam a horticultura itinerante (shifting cultivation) de derrubada, queima e coivara (slash-and-burn). A derrubada de mata virgem e de mata de capoeira é regida pelo ciclo anual das constelações. Elas assinalam a precipitação de pesadas chuvas que têm os mesmos nomes dados às constelações. Nos intervalos, correspondendo ao término das safras de determinadas frutas (abiu (Pouteria caimito Radlk), ingã, pupunha (Guilielma gasipaes HBK), umari (Poraqueiba sericea Tul.), cucura (Pourouma cecropiaefolia Mart.), têm lugar veranicos e verões que duram 5 dias, no mínimo, e 15, no máximo, quando se efetuam as queimadas. É preciso que haja ao menos 7 dias de sol forte para que se possa queimar a madeira abatida nas roças. As cinzas e o carvão adubam a terra.

Cada família nuclear prepara uma roça, de 100 m quadrados, aproximadamente, a cada ano. Até a época da colheita, abastece-se da roça plantada no ano anterior e de duas outras abertas, dois ou três anos antes. Depois disso, a invasão de macega que absorve os nutrientes do solo torna-o improdutivo. A recuperação das capoeiras leva de 8 a 15 anos. Além da mandioca brava (Manihot esculenta Cranz), que ocupa 80% da área de cultivo, planta-se carã, batata doce, batatinha para caxiri (bebida fermentada em língua geral), e algumas árvores frutíferas: pupunha, abiu, abacate, mamão, banana, cajú, abacaxi e, em alguns tipos de solo, melancia e plantas medicinais, além de pimenta. Os Desâna cultivam 12 variedades

nativas de pimenta e duas exógenas (malagueta e pimenta de cheiro) trazidas, estas últimas, assim como a mandioca doce (M.aipi) pelos missionários.

O trabalho agrícola (exceto a derrubada) e o processamento da mandioca é tarefa feminina. Entretanto, além de ajudar a mulher na capinação, coivara e, às vezes, no carregamento dos produtos da roça, o homem cultivava certas espécies praticamente para seu uso exclusivo. Isso diz respeito principalmente ao caapi, de que ainda existem mudas em algumas roças, embora tenha deixado de ser consumido há várias gerações, a coca, ao fumo, o timbó, uma sapotácea usada para tontear os peixes em águas paradas, o carauã, uma bromeliácea cuja fibra é utilizada para o amarrilho no acabamento de cestos ou das pontas de flechas.

A roça nova pode ser replantada uma única vez, mesmo tratando-se de mandioca, que é uma planta pouco suscetível a pragas e cresce em solos pouco férteis e ácidos como os do noroeste amazônico, e pode ser coletada a partir do sexto mês. Outra vantagem desse tubérculo - se comparado com grãos como o milho - é que pode ser estocada por muito tempo na própria terra, não exige a queima e limpeza geral do terreno e seu rendimento por unidade/trabalho e unidade/área, bem como seu componente calorífico é bem mais alto que o do milho. Não obstante seu baixo teor protéico, as populações indígenas, cuja ração alimentar é baseada em cerca de 80 a 85% na mandioca, como ocorre no caso Desãna, apresentam vigor físico e nenhuma doença carencial. Outra vantagem da mandioca amarga é a grande quantidade de produtos que dela se extraem. Entre os Desãna contei 27 pratos feitos à base desse tubérculo, sendo 7 qualidades de beiju, 5 tipos de farinha, 7 bebidas não fermentadas (manicoera) e 8 qualidades de bebidas fermentadas (caxiris).

Segundo Janet Chernela (1986:157), os Wanãna, grupo tukãno do rio Uaupês, conhecem e cultivam 137 cultivares de mandioca. O casamento exogâmico faz com que as mulheres se espalhem por diversas tribos e, ao visitar parentes, trocam entre si cultivares e experiências (ibidem). Kerr (1986:168) obteve 40 nomes desãna de cultivares desse tubérculo com Tolamã Kenhíri (Luiz Lana), que lhe indicou as características de folha, raiz, cor com que se discerne cada cultivar. Esses números representam a maior relação de cultivares de mandioca conhecidos por um grupo indígena, considerando-se que Goldman (1963:60) recolheu apenas 8, entre os Kubêwa, Frikel, 25, entre os Tiriýó (1973:234-5) e Carneiro (1983:99), 46, entre os Kuikúro.

As características que definem o cultivar são: tamanho, número e forma das folhas; a forma, cor e tamanho do tubérculo; o

tipo de casca discernido também segundo a cor, a textura (fina, grossa, rugosa), e a cor da película subjacente; a cor do cerne da maniva que pode ser branca ou amarela (Ver também Chernela 1983:154). As mulheres, agricultoras por excelência, selecionam os cultivares segundo o tamanho do tubérculo, a facilidade maior de descascá-lo e de ralá-lo, bem como o teor de amido que contém.

b) A tecnologia pesqueira

A semelhança do solo da microregião do alto rio Negro, o seu sistema hidrográfico também se ressentia de extrema acidez. As águas pretas são quimicamente pobres em sais solúveis e sua coloração marrom-acobreada ou da cor do café impede a penetração do espectro da luz solar necessário à fotossíntese. Inexiste plancton, ou plantas flutuantes de que os peixes possam alimentar-se. Muitas espécies se alimentam diretamente de folhas, sementes, frutos ou insetos terrestres. Por isso, os índios jamais derrubam a mata ciliar, convencidos de que a fauna aquática se extingiria inevitavelmente. As grandes cachoeiras, como a de Urubuquara, Ipanorã, no rio Uaupés, são barreiras naturais que impedem a subida de grandes peixes, como o pirarucu (Arapaima gigas), tambaqui (Colossoma sp.) e outros.

A pobreza da fauna ictiológica e os referidos hábitos alimentares dos peixes determinaram o desenvolvimento de uma elaborada tecnologia pesqueira, através do uso de cestos-armadilhas e outras técnicas refinadas. Embora cristalinas, as águas pretas, em virtude de sua maior transparência, dificultam a pesca com arco e flecha e com arpão. A movimentação e as cheias prolongadas dos grandes rios impossibilitam a pesca com timbô - uma planta sapotácea que tonteia os peixes, fazendo-os subir à tona d'água - exceto durante a vasante nos igarapés, lagos e algumas enseadas de igapós.

A escassez de peixe nos altos cursos dos rios e nos igarapés, bem como a hierarquização interna das sociedades indígenas da região, devem ter contribuído para o estabelecimento de locais de propriedade, transmitidos hereditariamente, onde são colocadas as armadilhas para a captura de peixes, tais como, os caiãs, cacuris, matapis (designações em língua geral correntes em toda a região do rio Negro) e outras de nomes tribais. Os locais mais piscosos, alguns dos quais, de desova de certos peixes, são possuídos pelo membro mais idoso de uma patrilinearidade que controla o acesso ao resultado da captura.

Ao modo de entender dos Desâna, as constelações assinalam a intermitência de chuvas e estiagens. A derrubada e queima das roças, as piracemas - migração de cardumes de certas espécies

de peixes para a desova, a periodicidade da subida de cardumes, não em desova, e as safras de certos invertebrados (formigas, termites e larvas de borboletas) comestíveis associam-se, estritamente, a essas mudanças climáticas. (C. B. Ribeiro & Kenhri 1987). Durante essas migrações procriativas é que mais se pesca. Os peixes maiores, como o aracu (Leporinus sp.), o surubim (Pseudoplatystoma fasciatum), o mandubé (Ageneiosus brevifilis), o mandi (Pimelodus blochii), também caem nas armadilhas permanentes. Nas estiagens mais prolongadas, quando as águas descem de nível se fazem tingüijadas. Para isso coloca-se uma grande barragem - pari, em língua geral - cercando o paranã, o lago, as enseadas dos igapós e os igarapés.

A elaborada tecnologia pesqueira dos índios das águas pretas se explica pela exigüidade de peixe na região devido aos fatores ecológicos apontados. Atualmente, com o uso de malhadeiras, introduzidas no rio Tiquié, em 1979, as piracemas e a migração de cardumes vão se tornando cada vez mais raras. Os peixes são pegos nas malhadeiras antes de atingirem a idade adulta, não chegando a procriar. Em função disso, adquire-se peixe seco de São Gabriel e até de Manaus.

Importante fonte de proteína animal é, ainda hoje, para os índios do rio Tiquié, a coleta de cupim, saúva e de larvas de borboletas que comem as folhas do cunuri (Cunuria spruceana), do tururi (Sterculia sp.), do japurá (Erisma japura), do ingã (Inga sp.) e da acariquara (Minguartia guianensis). A "maturação" dessas principais larvas comestíveis ocorre entre julho e setembro, com maior concentração no mês de agosto. Algumas safras, isto é, quando criam asas, de cupim (Conitermes sp., da família Termitidae) e de saúva (Atta sp.) coincidem com piracemas de aracu. Na divisão de trabalho entre as tribos, dava-se antigamente uma troca de peixe por térmita: os Tukâno iam pescar enquanto os Desâna iam coletar maniuãra (térmita em língua geral).

A detalhada classificação e a taxonomia Desâna das diversas espécies demonstra o profundo conhecimento que os índios têm desses invertebrados comestíveis e sua importância na dieta alimentar. Um estudo da antropóloga norte-americana D.L. Dufour (1987) realizado entre os índios Tatúyo - grupo de língua tukâno da Colômbia - avalia que, dentre a proteína animal ingerida durante um ano por esses índios, cerca de 12% (para os homens) e 26% (para as mulheres) correspondem ao consumo de invertebrados. Além dos mencionados, incluem-se espécies de larvas de coleópteros e pupas de vespídeos (cabas). Essas larvas e pupas também são comidas pelos Desâna, mas não se vinculam, como as anteriormente citadas, ao ciclo das constelações.

A caça tem menos importância que a pesca para os Desana e outros grupos de língua tukano. Tradicionalmente, tem sido provida pelos silvícolas Makú, melhor adaptados à mata de terra firme, que intercambiam com os Índios do rio, caça e frutos silvestres, por farinha e manufaturados indígenas e exógenos.

4. A economia do contato

Após o contato com o branco, desencadeou-se um processo de desintegração da cultura indígena e uma assimilação calamitosa para as primeiras gerações que a experimentaram. A necessidade de obter ferramentas, sal, fósforos, panos e outros produtos industriais, obrigou os Índios do alto rio Negro a vender sua força de trabalho ou produzir excedentes de farinha de mandioca. Em consequência, desenvolveu-se uma economia paralela ao modo de produção indígena para a subsistência.

Nas primeiras décadas do século XX, os alto rio-negri nos engajaram-se na coleta de piaçaba (Leopoldina piassaba), maçaran duba (Manilkara sp.); balata (Micropholis sp.), seringa (Hevea sp.) no baixo rio ou na Colômbia. Seguiu-se um período em que exploravam sorva (Couma macrocarpa) em seu próprio território. Para seu uso - acabamento de certos artefatos - os Índios não derrubavam a árvore. Sangravam-na, aparando o látex com uma cuia. Começou-se a explorar a sorva, no rio Tiquié, derrubando as árvores, em 1964. Na mesma época, deu-se início à comercialização do cipô titica (Heteropsis aff. spruceana Schott), para fazer vassouras. Este durou até 1979. A sorva terminou antes. Atualmente, só na área habitada pelos Makú, no interior da mata, encontra-se cipô titica. A desenfreada exploração mercantil dessa epífita, ameaça a extinção da espécie no alto rio Negro. Trata-se de uma matéria-prima indispensável à feitura dos cestos-cargueiros - os aturás - monopólio dos Índios Makú, dentro da especialização artesanal vigente na área. Houve também um período de caça à lontra (Lutra paranaensis) igualmente extinta ou afugentada do rio Tiquié.

Desde o primeiro contato com os brancos, os Índios eram tidos como "farinheiros". A farinha de mandioca continua sendo objeto de comércio pelos regatões, mas seu processamento manual, custoso e demorado, praticamente não compensa a produção para a venda. Os comerciantes do rio também adquirem dos Índios galinhas, cachos de banana e laranjas produzidos na aldeia.

A partir de 1972, a Missão Salesiana de Pari-Cachoeira passou a incentivar a produção de artesanato para a venda. O ano de 1978 - quando estive pela primeira vez no rio Tiquié, Uaupés e

Aiari - marca o auge da produção artesanal para o mercado externo. Na divisão tradicional do trabalho entre os sexos, a maior parte da atividade artesanal é atribuído masculino. Como os objetos trançados - tarefa masculina - encontravam maior colocação no mercado - inclusive o exterior, por serem mais fáceis de transportar - coube aos homens uma parcela mais significativa de renda. Incentivados pela Funai e pela Missão Salesiana, rapazes, homens maduros e velhos, dispndiam a maior parte do seu tempo nesse trabalho, feito principalmente com talas de uma marantácea, não exaurível, o arumã (Ischnosiphon sp.).

A exploração comercial do artesanato, da farinha, da sorva e do cipó titica deu lugar à criação de cooperativas indígenas junto às Missões Salesianas de Iauareté e Pari-Cachoeira. Esta última, denominada União Familiar Animadora Cristã (UFAC), que funcionou no rio Tiquié, financiada inicialmente pelo padre italiano Antônio Scolaro, já falecido, se manteve por mais tempo. Adquiriu um batelão e fazia o comércio entre São Gabriel e a última povoação na fronteira com a Colômbia. Acabou falindo por inexperiência e má administração. Alguns índios também faziam - e ainda fazem - esse comércio por conta própria, comprando e vendendo a exemplo dos regatões.

Mas o ciclo do artesanato, como forma de angariar um pagamento em dinheiro, praticamente se encerrou, ao menos nos rios Tiquié e Içana, depois da descoberta do ouro. Comparado ao valor do ouro, ele não rende nada. Um efêmero surto de prosperidade, que beneficiou muito poucos índios ocorreu quando o governo da Colômbia fez vista grossa à produção de coca em seu território, entre 1982 e 1984. Alguns rapazes se deslocaram àquele país e passaram a cultivar a coca para esse fim.

O ano de 1985 assinala uma mudança radical na vida dos índios do rio Tiquié com a descoberta de ouro na serra de Traíra (ver mapa). Essa área era ocupada tradicionalmente por bandos seminômades de índios Makú. A AUCIRT (Associação da União das Comunidades Indígenas do rio Tiquié), que substituiu a antiga UFAC como órgão representativo das comunidades indígenas, decidiu organizar a exploração do garimpo da Serra da Traíra. Assim, ao contrário das relações de trabalho semi-escravas prevaescentes durante os sucessivos ciclos de economia extrativista, os índios foram adquirindo um controle maior sobre a produção e comercialização do ouro explorado por eles manualmente. Entretanto, em outubro de 1985, a área aurífera por eles explorada foi invadida por levas de garimpeiros. Os conflitos culminaram com a morte de quatro deles. Um dos garim

peiros, criminoso confesso, implantou o terror no garimpo junto com seus asseclas. Trabalhavam armados e impediam o acesso às grotas mais produtivas. Os garimpeiros foram retirados, mas a poderosa holding Paranapanema, permaneceu. Os Índios estão conscientes de que não podem enfrentá-la e que só são capazes, tal como os garimpeiros, de explorar o ouro de superfície. O das camadas mais profundas terá de ser extraído com maquinária e técnicas sofisticadas, que são as grandes mineradoras dominam.

A nova dependência

A região do rio Tiquiê - e do alto rio Negro de um modo geral - é palco, hoje, de grandes transformações. Pese a sábia adaptação ecológica dos Índios à área, a interferência da mineração, a perda da maior parte do território tribal, a estabilização das aldeias com a conseqüente exaustão do solo e da fauna, a criação de novas necessidades de consumo, exige sua inserção na economia regional. Disso resulta uma crescente dependência e perda de autonomia no comando do seu destino.

Uma primeira conclusão a tirar do balanço do modo de produção tradicional é que, não obstante a grande perda de bens culturais, de símbolos e de valores em várias esferas da cultura, após mais de 300 anos de contato com a sociedade nacional, a vida dos Desana e de outros grupos da região, ao nível da subsistência, continua regida por um modo de produção que permitiu que sobrevivessem em um ecossistema hostil durante gerações.

Esse modo de produção tem na horticultura itinerante, principalmente da mandioca, um de seus polos, e na tecnologia da pesca, o outro. O sistema de interação e simbiose que os Índios do rio estabeleceram com os Índios da floresta, os Makú, a especialização artesanal e o sistema de trocas, a hierarquização de clãs e de grupos lingüísticos, o casamento exogâmico e a patrilinearidade, todos esses fatores funcionavam, coordenadamente, para torná-lo possível.

A pressão aculturativa das missões religiosas, o engajamento na indústria extrativa, não obstante a depopulação e destruturação econômica e social sofridas, permitiu que, passada a crise, as sociedades indígenas do noroeste amazônico restabelecessem, de certa forma, os antigos estilos de vida. O novo surto extrativista, desta vez mineral, trouxe conseqüências muito mais devastadoras. Não obstante reações esporádicas, como as dos Índios do rio Tiquiê, que, em 1985, expulsaram os garimpeiros, e os do rio Içana que chegaram a desalojar a Goldamazon do garimpo de Matapi, a interferência das

autoridades fez com que, em ambos os casos, as soi-disant lideranças indígenas fizessem um acordo. Elas foram desautorizadas pelas comunidades, que chegaram a pedir a anulação dos contratos, por via judicial (Cf. Wright 1987 e CIMI outº/1986, referentes ao garimpo Caiparro, do Içana).

Desenvolvimento mais grave, ainda, acaba de ocorrer no caso do rio Tiquiê, criando um precedente antes da promulgação da nova Constituição e da legislação reguladora. Desde há muito, os índios do alto rio Negro reclamam a demarcação de suas terras numa área contínua. A partir de 1979, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) identificou, em alguns casos, e delimitou, em outros, num ato provisório sujeito à revisão, seis áreas indígenas: 1) Pari-Cachoeira no rio Tiquiê, 1.020.000ha; 2) Iauaretê, no rio Uaupês, 990.000ha; 3) Içana-Aiari, 896.000ha.; 4) Içana-Xiê, 480.000ha.; 5) A.I. Cubate 1.023.000ha.; 6) Taracua-Uaupês, 1.666.000ha. Em 1983 e 1985, com base em levantamentos históricos e antropológicos, tentou-se a redefinição e aumento de duas das referidas áreas: Pari-Cachoeira, para 2.060.000 ha e Içana-Xiê para 1.223.200 ha.. Com essas remarcações, "as áreas próximas aos sítios minerais do alto Içana e alto Xiê (serra dos Padres, sítio Matapi) e o de Traíra (Serra da Traíra) no rio Tiquiê, seriam reconhecidas como de ocupação imemorial indígena" (Buchillet 1987ms:13, CEDI/Museu Nacional 1987:54,58,59,74 e 83).

A indefinição quanto à situação das terras fez com que, as empresas de mineração Goldamazon e Parapanema, obtivessem do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) alvarás de pesquisa e lavra nas referidas jazidas, respectivamente do rio Içana-Xiê e do rio Tiquiê. Neste caso, levou-se em conta o fato de a área da serra da Traíra não ter sido incluída na primeira proposta de demarcação. Ao mesmo tempo, os garimpeiros avulsos começavam a invadir ambas as áreas, gerando, como vimos, conflitos sangrentos com os índios.

A situação jurídica das terras continuou indefinida, quando veio a público, em outubro de 1985, o Projeto Calha Norte. Alegando a necessidade de aumentar a presença militar na área de fronteira, a fim de coibir o trânsito ilegal de estrangeiros, o narcotráfico e a evasão de riquezas, o PCN propõe-se a estabelecer uma infra-estrutura viária (campos de pouso e portos fluviais), energética e de telecomunicações, de modo a tornar realidade o binômio segurança/desenvolvimento. Para isso, estabelecer-se-iam batalhões militares nos pontos nevrálgicos da faixa de fronteira. Esta, numa extensão linear de 6.500 km - do Oiapoque, no território do Amapá, até Tabatinga, no Estado do Amazonas - e com a profundidade de 150 km a partir da fronteira internacional, abrangendo uma área total de

975.000 km² seria subtraída à demarcação como "terra indígena".

Fica implícito que os grupos indígenas são minorias étnicas, geográfica e culturalmente marginalizadas, que devem ser preparadas para uma integração na sociedade nacional, uma vez que suas culturas, defasadas no tempo, estão fadadas a desaparecer. Dentro dessa ótica, não se coloca a necessidade de diálogo com essas populações, nem uma investigação sobre sua adaptação ecológica ao habitat em que vivem. Infere-se, inclusive, que elas não são verdadeiramente brasileiras, devendo a orla fronteira ser ocupada por contingentes humanos vindos de outras regiões, mais habilitados a manter a soberania nacional incólume.

A falta de informações, devido ao afastamento de missionários e antropólogos das áreas indígenas afetadas pelo PCN, inibe um juízo seguro sobre a reação dos índios. A notícia mais recente é a de que, em janeiro de 1988, a FUNAI baixou uma portaria demarcando a área de Pari-Cachoeira reduzida a uma extensão de 480.000ha, ou seja, um sexto da que os índios reivindicam (Jornal do Brasil, 25.5.1988). Essa reserva foi dividida em três colônias indígenas separadas por "floresta nacional", esta compreendendo 672.000 ha.

Colônia indígena é uma figura jurídica esdruxúla, que representa um retrocesso nas garantias que, bem ou mal, desde os tempos coloniais, foram asseguradas aos índios: a posse das terras que ocupavam. Foi instituída pelo Decreto 94.946, a 23.09.1987,

que distingue índios aculturados de não aculturados. Essa distinção consta do Artigo 271 do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, a guardando pronunciamento do plenário.

Enquanto que a definição de "colônia indígena" ainda não foi feita, a de índios aculturados se efetuou pela portaria nº 0520/88 de 4.05.1988, assinada pelo presidente da FUNAI. Aí se declara:

"Na avaliação do grau de aculturação dos grupos indígenas, para os fins de que trata o Decreto nº 94.946, de 23.09.1987, serão levados em conta os seguintes critérios:

- a) a capacidade de absorção, por parte dos índios, de uma assistência da mesma natureza da prestada aos habitantes regionais não-índios;
- b) condições de acumulação e economia de troca;
- c) grau de domínio da língua portuguesa;
- d) grau de dependência de bens de serviços supridos pela sociedade nacional;
- e) domínio de profissão e atividades produtivas;

f) outras condições que demonstrem claramente da condição da comunidade indígena.

Caso entre em vigor essa portaria e se for aprovada a proposta da Comissão de Sistematização da Constituinte, 99% da população indígena do Brasil, por um passe de mágica, deixará de sê-lo. A propósito dessa portaria, que proíbe o índio de ser brasileiro, de falar a língua da terra em que nasceu e da qual foi dono antes da chegada do branco, assim se pronunciou o coordenador da UNI (União das Nações Indígenas), Ailton Krenak:

"As vésperas do centenário da Abolição da escravatura, o governo decreta a escravidão indígena e coloca definitivamente a canga nos nossos pescoços" (Jornal do Brasil, 16.6.1988).

Privados de seus direitos à terra, à assistência médica, jurídica e educacional, os índios passarão a engrossar a massa dos marginalizados. Ficará configurado o genocídio e etnocídio e, por que não dizer, ecocídio, uma vez que as colônias indígenas prevêm a entrada de populações deslocadas para levar a cabo, presuntos projetos agropecuários. Experiências análogas fracassaram, a exemplo da procedida em 1985 pelo Instituto de Terras do Amazonas, junto à Vila Bittencourt, no rio Apaporis. As 33 famílias goianas trazidas para a área, abandonaram-na passados seis meses. A má qualidade da terra, as inundações e a falta de apoio governamental inviabilizaram o assentamento. Tais experiências só se prestam para servir de argumento aos potentados rurais contra quaisquer intentos de promover a reforma agrária.

Conclusões e perspectivas

O exemplo Desâna demonstra que os índios do noroeste amazônico possuem uma nítida compreensão da realidade do seu ecossistema. Nele reconhecem ecozonas associadas a plantas e animais específicos dos quais possuem minucioso conhecimento. Inúmeras plantas e animais, inclusive invertebrados, são por eles utilizadas para a alimentação, para fins medicinais e artesanais.

Muita incompreensão tem pairado sobre a chamada agricultura itinerante. Na verdade, ela é a única que se adapta às características do ecossistema do trópico úmido. A deliberada dispersão dos campos de cultivo e suas pequenas dimensões, não só evitam a exaustão do solo e da fauna e a regeneração de ambos, como minimizam o problema das pestes, preservando a produtividade do solo e, dessa forma, o melhor aproveitamento dos recursos naturais.

O novo surto de "progresso" ameaça não só a sobrevivência dos grupos indígenas como a do próprio ecossistema. A recente

intervenção governamental, longe de minorar o sofrimento das populações nativas, só tenderá a agravá-lo. O mesmo parece ocorrer do outro lado da fronteira, na Venezuela. É o que sustentam Hill & Moran ao enfatizar que

"The Rio Negro ecosystem can only support much smaller populations than any of the state-level societies are willing to accept in connection with their geopolitical stance. The concentration of people in large communities cannot be sustained by local systems of production given the oligotrophic conditions" (1983:134).

Esse é o grande desafio com que se defrontam os Índios e não Índios na Amazônia. No primeiro caso, foi possível vencê-lo mediante uma organização sócio-econômica que limitou o crescimento da população e dispersou-a por um vasto território. Por outro lado, a ação governamental permitiu que alguns benefícios da tecnologia industrial beneficiassem as populações nativas sem exigir delas uma integração direta na economia de mercado, só possível em seus estratos mais baixos. Essas condições parecem esvanecer-se, ao menos no momento, tornando difícil prever o que poderá passar em futuro próximo.

O certo é que, dadas as condições de interação, é impossível pensar na autarquização das comunidades indígenas. É inadmissível, porém, que seus territórios sejam objeto de "colonialismo ecológico", expressão cunhada por Stefano Varese, com referência à selva peruana. Diz ele:

"Entre las varias formas de colonialismo que la sociedad peruana ha practicado y practica en la selva, sin duda tiene un lugar especial la forma de ocupación y exploración territorial. Se trata eminentemente de una conceptualización nacional de esta parte del territorio como de una tierra de conquista: tierra de extracción y no de reproducción; especie de colonia o 'tercer mundo' interno que puede ser saqueada para beneficio del sistema económico y social imperante" (Varese 1979:178).

O autor conclui que, tal como a floresta, o habitante nativo é tido como um inimigo a erradicar. É que os governos que não souberam enfrentar a necessidade urgente de uma reforma agrária, tangeram as massas de camponeses despossuídos às áreas marginais. O fenômeno, como se vê, é latino-americano. Mais cedo ou mais tarde terá de ser enfrentado.

Bibliografia citada

- Buchillet, Dominique
1987 Os índios Tukãno e o projeto calha norte. Ms. 20 p. datil.
- Carneiro, Robert
1983 The cultivation of manioc among the Kuikuru of the Upeer Xingu.
In: Hames, R.B. & W.T. Vickers (Eds.) p. 65-112.
- CEDI/Museu Nacional
1987 Terras indígenas no Brasil. Novembro, 148 p.
- Chernela, Janet M.
1986 Os cultivares da mandioca na área do Uaupes (Tukãno). In: D. Ribeiro (Ed.) p. 151-158.
1986 Pesca e hierarquização tribal no alto Uaupés. In: D. Ribeiro (Ed.) p. 235-250.
1983 Hierarchy and economy among the Kotiria (Uanano) speaking peoples of the Northwest Amazon. Dissertação de doutorado, Univ. Columbia. University microfilms international.
- Dufour, Darna L.
1987 Insects as food: a case study from the Northwest Amazon.
American Anthropologist 89(2):383-397.
- Frikel, Protásio
1973 Os Tiriyô. Seu sistema adaptativo. Hannover, Kommissionsverlag Mdnstermann-Druk, K.G. 323 p.
- Goldman, Irving
1963 The Cubeo Indians of northwest Amazon. Illinois studies in Anthropology nº 2, The Univ. of Illinois Press, Urbana, 305 p.
- Hames, Raymond B.; Vickers, William T. (Eds.)
1983 Adaptive responses of native amazonians. N.York, Academic press, 316 p.
- Hill, Jonathan; Moran, Emílio F.
1983 Adaptive strategies of Wakuénaí peoples to the oligotrophic rain forest of the rio Negro basin. In: Hames, R.B. & Vickers, W.T. (Eds.) p. 113-138.
- Kerr, Warwick E.
1986 Agricultura e seleções genéticas de plantas. In: D. Ribeiro (Ed.) p. 159-172.
- Nimwendaju, Curt
1950 Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés. Journal de la Societé des Américanistes de Paris 39:125-182.
- Ribeiro, Berta G.
1980 Os índios das águas pretas. Introdução a: Antes o mundo não existia, de Umúsin panlõn Kumu e Tolamã Kenhíri, S. Paulo, Ed. Cultura, p. 5-48.
1987 Classificação do solo e horticultura Desãna. Ms. 24 p.
- Ribeiro, Berta G.; Kenhíri, Tolamã
1987 Chuvas e constelações. Calendário econômico Desãna. Ciência hoje 6(36):26-37, Rio de Janeiro.
- Ribeiro, Darcy (Ed.)
1986 Suma etnológica brasileira, vol. 1, Etnobiologia, Rio de Janeiro, Vozes/FINEP, 300 p.
- Silverwood-Cope, Peter
1975 Relatório à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Viagem ao Uaupés, Papuri e Tiquié. (Mimeogr.)
- Varese, Stefano
1979 Notas sobre el colonialismo ecológico. In: Alberto Chirif (Org.) Etnicidad y Ecología, Lima, Peru, Centro de Investigación y

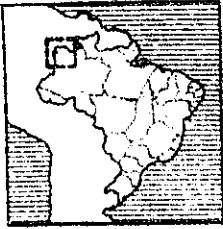
Promoción Amazônica, p. 177-185.

Wright, Robin

1981 History and religion of the Baniwa peoples of the upper rio Negro.
2 vols. Ann Arbor, University microfilms international. Vol. 1,
351 p., vol. 2, 279 p.

1987 O projeto calha norte e os Baniwa do alto rio Negro (Am). 12 pãgs.
datil.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/CEDI



ESCALA GRÁFICA
0 30 60 90 120km

1986

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL
- CEDI -
NORDESTE AMAZÔNICO

